Durante o período de cessão (cinco anos subsequentes ao encerramento do processo de insolvência), o devedor fica obrigado a:

Não ocultar ou dissimular quaisquer rendimentos que afixa, por qualquer título, e a informar o tribunal e o fiduciário sobre os seus rendimentos e património na forma e no prazo em que isso lhe seja requisitado;

Exercer uma profissão remunerada, não a abandonando sem motivo legítimo, e a procurar diligentemente tal profissão quando desempregado, não recusando desrazoavelmente algum emprego para que seja apto;

Entregar imediatamente ao fiduciário, quando por si recebida, a parte dos seus rendimentos objecto de cessão;

Informar o tribunal e o fiduciário de qualquer mudança de domicílio ou de condições de emprego, no prazo de 10 dias após a respectiva ocorrência, bem como, quando solicitado e dentro de igual prazo, sobre as diligências realizadas para a obtenção de emprego;

Não fazer quaisquer pagamentos aos credores da insolvência a não ser através do fiduciário e a não criar qualquer vantagem especial para algum desses credores.

11 de Setembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria João Areias*. — O Oficial de Justiça, *Ana Paula Guedes Domingos*.

2611049777

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA COVILHÃ

Anúncio (extracto) n.º 6518/2007

Prestação de contas do administrador da insolvência Processo n.º 305/06.7TBCVL-C

Administrador da insolvência — Vanda Cristina Mendonça Fonseca.

Insolvente — Confecções Democral, L.^{da}

O Dr. Joaquim Borges Martins, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a insolvente Confecções Democral, L.^{da}, número de identificação fiscal 500977780, com endereço na Rua do Cimo do Povo, Dominguiso, Covilhã, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (artigo 9.º do CIRE).

13 de Março de 2007. — O Juiz de Direito, *Joaquim Borges Martins*. — O Oficial de Justiça, *Maria José Martinho Marques*.

2611049747

Anúncio (extracto) n.º 6519/2007

Prestação de contas de administrador (CIRE) Processo n.º 1146/05.4TBCVL-C

Insolvente — Talho Irmãos Freire, L.^{da}, número de identificação fiscal 506454240, com endereço na Avenida de 5 de Outubro, bloco H, loja 10, 6200 Tortosendo.

Administradora — Vanda Cristina Mendonça Fonseca, com endereço na Rua de Celestino David, Bloco Maia, 2.º, esquerdo, 6200-000 Covilhã.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente (artigo 232.º do CIRE).

Efeitos do encerramento — artigo 233.º do CIRE.

22 de Março de 2007. — O Juiz de Direito, *Joaquim Borges Martins*. — O Oficial de Justiça, *Luciano Branco Duarte*.

2611049749

Anúncio (extracto) n.º 6520/2007

Prestação de contas do administrador (CIRE) Processo n.º 806/05.4TBCVL-D

Credor — Caixa Geral de Depósitos, S. A., e outros.

Insolvente — Fernando Gonçalves Abreu e Maria Bárbara da Costa Cunha Abreu.

Administrador — Vanda Cristina Mendonça Fonseca.

O Dr. Joaquim Borges Martins, juiz de direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e os insolventes Fernando Gonçalves Abreu, casado (regime: desconhecido), nascido em 15 de Agosto de 1947, freguesia de Santa Maria (Covilhã), nacional de Portugal, número

de identificação fiscal 171808851, bilhete de identidade n.º 1560895, com endereço na Quinta do Bilhar, lote 16-B, 2.º, estrada do Tortosendo, 6200-000 Covilhã;

Maria Bárbara da Costa Cunha Abreu, casada (regime: desconhecido), nascida em 8 de Março de 1952, freguesia de Vila do Carvalho (Covilhã), nacional de Portugal, número de identificação fiscal 171808860, bilhete de identidade n.º 4493198, com endereço na Quinta do Bilhar, lote 16-B, 2.º, estrada do Tortosendo, 6200-000 Covilhã, notificados para, no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

11 de Julho de 2007. — O Juiz de Direito, *Joaquim Borges Martins*. — O Oficial de Justiça, *Jorge Cunha*.

2611049754

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE FELGUEIRAS

Anúncio n.º 6521/2007

Processo de insolvência n.º 1651/07.8TBFLG

No 2.º Juízo do Tribunal da Comarca de Felgueiras, nos autos de processo de insolvência n.º 1651/07.8TBFLG, no dia 28 de Junho de 2007, pelas 10 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor Alves Vieira & Companhia, L.^{da}, número de identificação fiscal 501904751, com domicílio na Rua do Dr. Ribeiro Magalhães, Margaride, 4610-108 Felgueiras.

Para administrador da insolvência é nomeado Jorge Ruben Rego, com endereço na Rua de Álvaro Castelões, 821-S/3.2, 4450-043 Matosinhos.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias; O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registado ao administrador da insolvência nomeado para o domicílio constante do presente anúncio (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham;

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE);

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantas;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 11 de Outubro de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].